



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS (CTPLAN)
Ata da 45ª reunião, realizada em 14 de fevereiro de 2020

1 Em 14 de fevereiro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de Planos
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD),
4 em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes.
5 Representantes do poder público estadual: Thiago Figueiredo Santana,
6 representante da SEMAD; Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de
7 Educação (SEE). Representante do poder público municipal: Bruna de Souza Otoni,
8 da Prefeitura Municipal de Araçuaí. Representantes dos usuários de recursos
9 hídricos: Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de
10 Energia Limpa (Abragel); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias
11 do Estado de Minas Gerais (Fiemg) / Igor Luna, da Companhia de Saneamento
12 Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da
13 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). Representantes da
14 sociedade civil: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia
15 (UFU); José de Castro Procópio, do Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas.
16 **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O presidente Guilherme da Silva Oliveira
17 declarou aberta a 45ª reunião da Câmara Técnica de Planos. **2) COMUNICADOS**
18 **DOS CONSELHEIROS.** Janaína Mendonça Pereira/Comitê do Mucuri: “Eu sou
19 analista ambiental do IEF e represento a SEMAD no Comitê do Mucuri, onde
20 atualmente estou como presidente. No dia 18 de março, nós vamos realizar um
21 evento, que tem como nome ‘Juntos pelo Mucuri’. Esse evento é parte de um
22 programa de promoção da governança territorial no Vale do Mucuri, onde nós
23 estamos unindo todos os esforços e atores que atuam naquela região exatamente
24 para promover a segurança hídrica no Vale. Nesse evento, nós vamos ter, além de
25 várias apresentações do programa, os resultados que já temos obtido, apesar de
26 não termos recursos, de não termos plano diretor. Nós vamos apresentar os
27 resultados e os produtos desse programa, além de promover o prêmio ‘Alice
28 Godinho pelas Águas’, que é uma forma de homenagearmos a Dona Alice Godinho,
29 uma ambientalista muito importante do nosso Estado, do nosso Brasil, que tem
30 lutado pelas águas há mais de cinco décadas. Então nós vamos homenageá-la ao
31 mesmo tempo que reconhecer e potencializar as ações que os usuários, as
32 instituições do poder público municipal e estadual e da sociedade civil têm
33 desenvolvido na nossa região. Então eu gostaria de convidar vocês. Vai ser em
34 Teófilo Otoni, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no
35 período das 8h ao meio-dia. Quem quiser mais informações pode me procurar, que
36 vai ser um prazer tê-los no nosso evento.” **3) EXAME DA ATA DA 44ª REUNIÃO**
37 **DA CTPLAN.** Baixada em diligência a ata da 44ª reunião da Câmara Técnica de

38 Planos, realizada em 17 de dezembro de 2019, para inclusão da íntegra da
39 manifestação do conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi registrada durante as discussões
40 do item 5 da pauta. O conselheiro solicitou ainda a seguinte correção na lista de
41 presença: onde está escrito “Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade
42 Federal de Uberlândia (UFU)”, leia-se “Instituto de Geografia da Universidade
43 Federal de Uberlândia (UFU)”. **4) NOVA PROPOSTA DE AGENDA DE REUNIÕES
44 DA CTPLAN PARA O ANO DE 2020.** Aprovada por maioria a nova agenda de
45 reuniões da CTPLAN para o ano de 2020, nos termos apresentados pela Secretaria
46 Executiva. Alteração da reunião de março para o dia 10; e a de dezembro alterada
47 para 4 de dezembro. Foram registrados seis votos favoráveis e votos contrários da
48 Prefeitura de Araçuaí e da Universidade Federal de Uberlândia. **5)
49 APRESENTAÇÃO DA COMPILAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS
50 SOBRE A MODELAGEM INSTITUCIONAL ÓTIMA PARA O SISTEMA DE
51 GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS.
52 Apresentação: Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de
53 Gerenciamento de Recursos Hídricos (DGAS/IGAM).** Thiago Figueiredo
54 Santana, do IGAM, fez contextualização da discussão do tema e apresentação da
55 compilação das contribuições recebidas sobre a Modelagem Institucional Ótima
56 para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais.
57 Em seguida, passou-se ao item 6 da pauta, com apreciação, discussão e votação
58 da minuta de Deliberação Normativa. **6) PROPOSTA DE NORMA PARA EXAME E
59 DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação Normativa CERH sobre a
60 Modelagem Institucional Ótima para o Sistema de Gerenciamento de Recursos
61 Hídricos no Estado de Minas Gerais. Processo SEI nº 2240.01.0000975/2019-
62 82. Apresentação: Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de
63 Gerenciamento de Recursos Hídricos (DGAS/IGAM).** Minuta de deliberação
64 normativa aprovada por unanimidade, com alterações. Registrada abstenção do
65 representante da Universidade Federal de Uberlândia. Transcrição integral das
66 discussões e deliberações. Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Nós tivemos as
67 propostas apresentadas, do texto, a alteração sugerida pelo Instituto Guaicuy. Eu
68 sugiro que façamos primeiro a votação do texto e em seguida das propostas. Os
69 conselheiros estão de acordo com essa dinâmica? Quem estiver de acordo
70 permaneça como está. E agora só a forma. E agora vou abrir a palavra aos
71 conselheiros para esclarecimento de dúvidas. Precisa ler o texto? Nós vamos fazer
72 a leitura. Nos consideramos, alguém tem algum destaque a fazer, querem que faça
73 a leitura os conselheiros? O Sylvio tem uma dúvida no quarto considerando.
74 Considerando os incisos I e III do artigo 10º da Lei Estadual 13.199/1999, está
75 disposto...’ Não é isso? É o quinto então. Então, o Sylvio destaca o considerando 5.
76 Mais alguém tem algum destaque a fazer, mas algum conselheiro?” Conselheiro
77 Thiago Salles de Carvalho: “Só uma contribuição do Instituto Guaicuy, eu acho que
78 é muito pertinente, assim com o IGAM concordou. Ficou no final lá ‘planos diretores’,
79 e eu acho que fica um pouco genérico. ‘De bacias hidrográficas’. Eu acho que vale
80 a pena colocar essa complementação.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:

81 “Então artigo 2º. Sylvio, você tem no artigo 2º também?” Conselheiro Sylvio Luiz
82 Andreozzi: “No considerando anterior, por gentileza. ‘Considerando o que
83 estabelece a política... A adoção da bacia hidrográfica é vista como sistema
84 integrado que engloba os meios físico, biótico e antrópico, como unidade
85 fisicoterritorial...’ Ela é uma unidade territorial de planejamento ou uma unidade
86 fisiográfica de planejamento.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Então
87 destaques no considerando cinco e no artigo 2º da proposta. Então considerando
88 número cinco: ‘Considerando o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de
89 Minas Gerais, aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos por meio da
90 Deliberação CERH/MG nº 260, de 26 de novembro de 2010, institucionalizado pelo
91 Decreto nº 45.565, de 22 de março de 2011, que estabelece diretrizes para a
92 aplicação de determinados instrumentos de gestão de recursos hídricos,
93 notadamente, para enquadramento dos corpos hídricos e adoção de critérios
94 regionalizados de outorgas para uso da água, agregadas nas denominadas
95 Unidades Estratégicas de Gestão - UEG” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:
96 “‘Estabelece diretrizes para a aplicação de determinados instrumentos de gestão’,
97 na verdade, ‘estabelece diretrizes para aplicação dos seguintes instrumentos de
98 gestão’. Não é ‘determinados’, é específico quanto aos instrumentos de gestão. A
99 redação me dá a impressão de que estou pegando apenas uma parte dos
100 instrumentos de gestão.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Pelo que estou
101 entendendo, o Sylvio está querendo dizer que a redação do jeito que está dá a
102 impressão de que o Plano Estadual trata só daqueles determinados instrumentos
103 de gestão. E na verdade o Plano Estadual traz todos os todos os instrumentos de
104 gestão, traz diretrizes para todos os instrumentos de gestão. Só que aí vocês estão
105 querendo destacar enquadramento e outorga. Então o que ele está propondo é que
106 ‘estabelece diretrizes para a aplicação dos instrumentos’, de todos’, mas que ali,
107 notadamente, para essa deliberação, vai focar enquadramento e outorga. Então
108 uma redação que deixe isso mais claro. É isso?” Thiago Figueiredo
109 Santana/SEMAD: “Eu acho que ficou melhor aquela sugestão: ‘estabelece diretrizes
110 para aplicação dos instrumentos de gestão, notadamente’... Aí dá o destaque.”
111 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “A redação como ficou ali, trocando ‘de
112 determinados instrumentos’ por ‘dos instrumentos de gestão’ atende, Sylvio? Sim?
113 Então vamos colocar em votação a alteração do novo texto. Vou ler aqui de novo.
114 O considerando número cinco: ‘Considerando o Plano Estadual de Recursos
115 Hídricos do Estado de Minas Gerais, aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos
116 Hídricos por meio da Deliberação CERH/MG nº 260, de 26 de novembro de 2010,
117 institucionalizado pelo Decreto nº 45.565, de 22 de março de 2011, que estabelece
118 diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos,
119 notadamente, para enquadramento dos corpos hídricos e adoção de critérios
120 regionalizados de outorgas para uso de água, agregadas nas denominadas
121 Unidades Estratégicas de Gestão - UEG’. Então em votação essa alteração. Quem
122 concorda com a alteração feita permanece como está. Contrários, abstenções?
123 Aprovado. Então agora nós vamos para o segundo destaque, que é o artigo 2º.”

124 Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Na verdade, o destaque seria na
125 contribuição do Instituto Guaicuy. Só especificar de que Planos Diretores nós
126 estamos falando. Planos Diretores de Recursos Hídricos, de Bacias Hidrográficas,
127 Planos Diretores municipais? Aí eu acho que até a Valéria pode dar uma
128 contribuição.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Para deixar igual ao que está na lei,
129 já que é para esclarecer de quais Planos Diretores estão se tratando, eu acho melhor
130 usar a terminologia que está na legislação, na 13.199, que é ‘Planos Diretores de
131 Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas’.” Conselheiro José de Castro Procópio:
132 “Concordo.” Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Só mais uma contribuição. No
133 início, ‘as Unidades Estratégicas de Gestão serão geridas a partir de diretrizes’.”
134 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “No artigo 2º, ‘as Unidades Estratégicas de
135 Gestão serão geridas’. A pergunta é: geridas por quem?” Thiago Figueiredo
136 Santana/SEMAD: “Como colocar, anteriormente, na reunião passada, as Unidades
137 Estratégicas de Gestão não têm um órgão gestor, são áreas onde o Estado
138 trabalhará com critérios homogêneos de aplicação dos instrumentos. A autonomia
139 e legitimidade dos Comitês na gestão é dentro do território, e a aplicação desses
140 instrumentos não será alterada por meio de Deliberação Normativa.” Conselheiro
141 Sylvio Luiz Andreozzi: “O texto não esclarece ainda.” Thiago Figueiredo
142 Santana/SEMAD: “Eu tenho uma sugestão: ‘Nas Unidades Estratégicas de Gestão
143 serão aplicadas as diretrizes comuns...’ Porque aí tira o termo ‘gestão’, tira a
144 legitimidade de quem é a competência legal da gestão dentro do território da bacia.
145 E pela aglutinação que a norma propõe e as diretrizes gerais estabelecidas pelo
146 Conselho os Comitês de Bacia implementam os instrumentos.” Conselheiro Sylvio
147 Luiz Andreozzi: “Ainda não atende, porque na sequência está escrito assim: ‘critérios
148 regionalizados de outorga para uso da água e diretrizes de enquadramento em
149 parceria com o Comitê de Bacia’. Então ‘em parceria com os Comitês serão
150 aplicadas diretrizes comuns’. Elaboradas por quem?” Thiago Figueiredo
151 Santana/SEMAD: “O legítimo competente, que é o Conselho Estadual de Recursos
152 Hídricos, que tem a competência de estabelecer diretrizes e critérios gerais,
153 estabelecido na 13.199, no Decreto... Desculpa, Valéria, qual o Decreto que
154 regulamenta a política mesmo? O 41.571.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:
155 “Então pelo Conselho Estadual. Então eu gostaria que se colocasse lá que as
156 diretrizes comuns serão propostas ou estabelecidas pelo Conselho Estadual de
157 Recursos Hídricos.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “No que couber, porque
158 há algumas situações, por exemplo, os Planos de Bacia têm autonomia de serem
159 aprovados e definidos pelo próprio Comitê de Bacia sem necessidade de aprovação
160 pelo Conselho Estadual. Correto, Valéria? Então só põe essa frase ‘no que couber’,
161 quando da necessidade, porque ela trata do planejamento, e o planejamento nasce
162 e cresce dentro do território sem necessidade de aprovação pelo Conselho Estadual
163 de Recursos Hídricos. E a norma traz algumas ações, pelo que coloca do
164 planejamento, da possibilidade de planejamentos unificados dentro da UEG. Talvez
165 um parágrafo único, talvez fica melhor. Aí tirar essa parte ‘do Conselho Estadual, no
166 que couber’ e trazer no parágrafo único.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Eu só

167 colocaria assim, questão mais de técnica mesmo, legislativa: ‘as diretrizes comuns
168 referidas no caput serão estabelecidas’.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
169 “Aos conselheiros atende? Mais alguma sugestão?” Conselheiro Sylvio Luiz
170 Andreozzi: “Eu recebi uma demanda aqui para trocar as palavras ‘em parceria’ por
171 ‘com a participação’.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Mais alguma
172 sugestão dos conselheiros? Então eu vou fazer a leitura do novo texto e colocar em
173 votação.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “É sabido que eu, particularmente, não
174 gosto do encaminhamento que está sendo dado para essa Deliberação Normativa.
175 Eu já votei contra, me coloquei contra, mas, por dever de ofício, eu tenho que
176 levantar um problema quanto ao que está sendo redigido. Porque se isso for
177 aprovado, independente da minha vontade, passa a ter feito efeito, e efeito direto,
178 nos Comitês de Bacia. Quando colocamos que serão aplicadas diretrizes comuns
179 para planejamento e que essas diretrizes serão estabelecidas em comum acordo
180 entre o Conselho Estadual e respeitando as competências do Comitê de Bacia, a
181 última frase não pode estar presente: ‘em consonância com os Planos Diretores’.
182 Porque essas diretrizes podem alterar os Planos Diretores, podem ter feito direto
183 naquilo que está sendo planejado. Se eu estou pensando lá que eu posso modificar,
184 por exemplo, os critérios de outorga, e isso estava previsto no Plano Diretor, se
185 modifico, eu vou ter que modificar o Plano Diretor. Então o Plano Diretor está pronto.
186 Eu fico com receio sobre como será feita a aplicação.” Thiago Figueiredo
187 Santana/SEMAD: “O Sylvio tem uma observação interessante nesse aspecto
188 porque, como o Plano Diretor, de princípio, traz diagnósticos... ‘Observada uma
189 vazão de referência’. Se alteramos a vazão de referência, por exemplo, altera-se o
190 contexto do diagnóstico, as pressões de uso entre outros fatores. Eu compreendo a
191 observação dele nesse aspecto, senão a gente fica muito restrito ao Plano ser
192 superior a restringir a alteração desses critérios pelo Conselho. Eu sugeriria
193 ‘observados os Planos Diretores de Recursos Hídricos’. Uma questão de
194 observação, não restringe, mas, em nível de observação e vista qualquer
195 incongruência, você tem que notificar, ao nível do órgão gestor, o Comitê da Bacia
196 sobre aquela alteração. Não, Sylvio?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu acho
197 que ‘respeitadas as competências dos Comitês de Bacia’, que é o que está colocado
198 ali, os Comitês têm a competência para observar o que está no Plano e alterar
199 segundo aquilo que lhes competem dentro daquilo que está no Plano. É isso eu
200 acho que já está no parágrafo único. ‘Respeitadas as competências do Comitê’.
201 Agora, o Plano está preestabelecido, e eu estou falando em alterações.” Thiago
202 Figueiredo Santana/SEMAD: “Entendi, Sylvio. É somente a retirada da proposta do
203 Procópio, basicamente. Mantém a questão da parceria ‘com a participação dos
204 Comitês de Bacia’. E o parágrafo único suprime a questão do Plano Diretor, porque
205 já é dos entes competentes. Seria nesse aspecto? Eu queria pedir para o Procópio
206 se manifestar.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu só fico em dúvida com
207 uma questão. Por exemplo, o Plano é uma base referencial até mesmo para essa
208 negociação. Ao ser suprimido o total, da citação ao Plano... Porque eu vou fazer
209 uma base: tem quatro bacias, quatro Comitês naquela área, e esses quatro Comitês

210 tem seus Planos com suas prerrogativas. Vai caber realmente ao Conselho e aos
211 Comitês chegar a comum acordo, mas se eu tiro o Plano eu tiro também o estudo
212 básico, que está ali para servir de embasamento para essa nova negociação. Então
213 eu não sei é como. Você tinha sugerido uma proposta que eu acho que caberia, sim.
214 Eu prefiro pecar no excesso, mas citar o Plano de alguma forma.” Thiago Figueiredo
215 Santana/SEMAD: “Eu compreendi o contexto. O Conselho está impedido de alterar
216 um critério, visto que o Plano estabelece uma situação diferente, sendo que o Plano
217 tem que observar os critérios do Conselho. Estamos invertendo a ordem da
218 hierarquia nesse processo. Primeiro contexto, se os critérios serão discutidos com
219 a participação dos Comitês, os Comitês trarão todas as ações e atividades já
220 prescritas no Plano da Bacia. As diretrizes comuns e competências do Comitê
221 também serão respeitadas. Na minha visão, o parágrafo único não prejudica a
222 supressão da sua preposição. É só uma opinião.” Conselheiro José de Castro
223 Procópio: “Eu não estou querendo segurar posição nenhuma, a minha contribuição
224 é: vamos melhorar? Esse é o objetivo. Se chegarmos ao entendimento de que não
225 há necessidade, eu não vou brigar por isso.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD:
226 “E além de todo o Guilherme até falar uma frase aqui: o Plano não é estático, é outra
227 situação, o Plano de Bacia, como diria o grande Heitor, amigo nosso do IGAM, não
228 está ‘talhado em pedra’, ele é mutável e adaptável ao nível das modificações da
229 bacia, dos critérios, das ações.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu só digo
230 uma coisa, enquanto ele não está talhado em pedra e enquanto está engavetado,
231 ele está ‘talhado em poeira’. Por isso que prefiro citá-lo, lembrar dele em uma lei,
232 porque pelo menos vão olhar, consultar lá na hora. Porque se não ele fica esquecido,
233 vai ser ‘talhado em poeira’.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Colocar ali os
234 observandos atende, tem mais alguma sugestão?” Valéria Ferreira Borges/IGAM:
235 “Só porque, se fizer questão, às vezes, de deixar os Planos, eu acho que o parágrafo
236 único também, como trata das competências dos Comitês, e o Plano sendo uma
237 competência exclusiva dos Comitês – os Planos Diretores –, eu acho que atende.
238 Mas se fizerem questão de deixar, de repente, uma redação seria ‘com a
239 participação dos Comitês de Bacias e considerando, sempre que possível, os
240 estudos constantes do Plano Diretor’. Porque aí as diretrizes vão considerar, se
241 possível. Porque, pelo que estou entendendo ali, pode ter propostas de
242 uniformização, que às vezes vão ter que alterar realmente alguns Planos, porque aí
243 as diretrizes vão ser para o Estado como um todo. Então pode ser que as diretrizes
244 que vão ser propostas alguns Planos atendem, e outros, não. Os que não atenderem
245 vão ter que ser revisados. Então talvez ‘considerando, sempre que possível, os
246 estudos constantes do Plano’, já que vai ser discutido com o Comitê.” Thiago
247 Figueiredo Santana/SEMAD: “A Thaís fez uma proposta bem interessante de talvez
248 criarmos um parágrafo 2º, que traga essa questão do Plano da Bacia.” Presidente
249 Guilherme da Silva Oliveira: “A minha sugestão é – no meu entendimento, pelo
250 menos – o parágrafo 2º, quando fala ‘respeitando as competências dos Comitês de
251 Bacia Hidrográfica’, o plano é competência do Comitê. Se passar no Comitê, e o
252 Comitê não olhar o Plano, para que tem o Comitê. O Plano é um norte para o Comitê

253 de Bacia, ele não é imutável. Para que fazemos aquele estudo? É um estudo, ele
254 deu um norte para o Comitê seguir esse rumo, mas o Comitê é soberano dentro da
255 plenária dele e pode ir ajustando aquele Plano de acordo com várias coisas que
256 acontecem no Comitê, recursos, acidentes, igual teve; seca, chuva. As prioridades
257 vão mudando ao longo do tempo. O Plano é feito para dez anos, mas eu entendo
258 que quando se fala 'respeitando as competências dos Comitês de Bacia
259 Hidrográfica', na minha opinião, já sinaliza. Eu acho que estamos procurando pelo
260 em ovo, estamos sendo redundantes na questão. Mais alguma manifestação?
261 Continua esse texto? Então eu vou ler as duas formas do texto, com a citação do
262 Plano Diretor e depois sem a citação, e a gente decide por esses dois. Mais alguma
263 sugestão antes de partir para votação? Então eu vou fazer a leitura das duas formas.
264 Proposta 1: 'Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEG) serão aplicadas as
265 diretrizes comuns para o planejamento e a gestão na região hidrográfica e de um
266 conjunto uniforme de instrumentos de gestão, em especial, critérios regionalizados
267 de outorga para o uso da água e diretrizes de enquadramento, com a participação
268 dos Comitês de Bacias e considerando, no que couber, os Planos Diretores de
269 Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas. Parágrafo único - As diretrizes comuns
270 referidas no caput serão estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos
271 Hídricos (CERH/MG), respeitadas as competências dos Comitês de Bacia
272 Hidrográfica.' Essa é a proposta 1. A proposta 2 vai retirar a frase final. 'Artigo 2º -
273 'Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEG) serão aplicadas as diretrizes comuns
274 para o planejamento e a gestão na região hidrográfica e de um conjunto uniforme
275 de instrumentos de gestão, em especial, critérios regionalizados de outorga para o
276 uso da água e diretrizes de enquadramento, com a participação dos Comitês de
277 Bacias. Parágrafo único - As diretrizes comuns referidas no caput serão
278 estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/MG),
279 respeitadas as competências dos Comitês de Bacia Hidrográfica.' Então tem essas
280 duas propostas, e vamos para votação." Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: "Está
281 ali: 'Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEG) serão aplicadas as diretrizes
282 comuns para o planejamento e a gestão na região hidrográfica e de um conjunto
283 uniforme de instrumentos de gestão'. Esse termo uniforme está meio desnecessário
284 na frase. Na verdade, seria: 'serão aplicadas as diretrizes comuns para o
285 planejamento e gestão na região hidrográfica e de um conjunto de instrumentos de
286 gestão, em especial, critérios regionalizados de outorga para o uso da água'. Na
287 verdade, 'critérios de outorga de direitos de uso de recursos hídricos'; 'e diretrizes
288 de enquadramento, com a participação dos Comitês de Bacia'. Eu acho que a frase
289 ficou melhor assim na leitura. Outorga não de uso da água, de direito de uso de
290 recursos hídricos. É o nome legal do instrumento. '... nas regiões'; 'serão aplicados'.
291 Aí eu acho que ficou melhor essa frase assim." Presidente Guilherme da Silva
292 Oliveira: "Então eu vou dar um minuto para todo mundo ler, para ver se fazemos a
293 proposta definitiva, sem voltar atrás. Leiam com bastante atenção. Todo mundo leu,
294 tem mais alguma alteração? Procópio, mantém aquela proposta do Plano Diretor?"
295 Conselheiro José de Castro Procópio: "O grande problema é que o Plano Diretor é

296 na realidade uma ferramenta de planejamento. A aplicação de planejamento é muito
297 nova no país. A esta Câmara que já está exercitando isso é comum. Agora a
298 pergunta é: é comum também nos Comitês que estão por aí, já é entendido como
299 uma ferramenta real? Eu estava defendendo algo para poder se tornar visível. O
300 texto está perfeito, mas a lembrança de botar o aviso porque se não vira poeira.
301 'Deveria ser'. É óbvio, todo mundo sabe. Vai fazer pesquisa para descobrir que
302 metade não sabe. Uma das questões da gestão de recursos hídricos, até mesmo
303 porque, para a população, água não é recurso hídrico, é água. Então há um
304 distanciamento entre o modelo técnico legal que fazemos e a população como ela
305 vive e vivencia a coisa. Entre a gente acaba virando 'um gueto', nós somos 'um
306 gueto' da gestão de recursos hídricos, porque às vezes não chega na população 'o
307 que eles estão fazendo vai afetar minha água, na minha torneira'. Então é por isso
308 que eu defendo, mas não vejo problema." Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
309 "Vamos pôr em votação, sem problemas. Então agora sem mais alterações – não
310 vou abrir para mais alteração – a leitura dos dois textos. Então a primeira proposta:
311 'Artigo 2º - Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEGs) serão aplicadas as
312 diretrizes comuns para o planejamento e gestão na região hidrográfica e de um
313 conjunto de instrumentos de gestão, em especial, critérios regionalizados de outorga
314 de direito de uso de recursos hídricos e diretrizes de enquadramento, com a
315 participação dos Comitês de Bacias. Parágrafo único - As diretrizes comuns
316 referidas no caput serão estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos
317 Hídricos (CERH/MG), respeitadas as competências dos Comitês de Bacias
318 Hidrográficas.' Essa é a proposta 1. A proposta 2, com a sugestão do Procópio:
319 'Artigo 2º - 'Nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEGs) serão aplicadas as
320 diretrizes comuns para o planejamento e gestão na região hidrográfica e de um
321 conjunto de instrumentos de gestão, em especial, critérios regionalizados de outorga
322 de direito de uso de recursos hídricos e diretrizes de enquadramento, com a
323 participação dos Comitês de Bacias e considerando, no que couber, os Planos
324 Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas. Parágrafo único - As
325 diretrizes comuns referidas no caput serão estabelecidas pelo Conselho Estadual
326 de Recursos Hídricos (CERH/MG), respeitadas as competências dos Comitês de
327 Bacias Hidrográficas.' Então a proposta do Procópio só acrescenta 'considerando,
328 no que couber, os Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas'.
329 Então eu vou colocar em votação primeiro a proposta sem o final. Quem é favor da
330 primeira proposta? A sugestão do Sylvio é o seguinte: o texto está todo igual, então
331 a votação vai ser inclui a proposta do Procópio, sim ou não. Então o
332 encaminhamento é o seguinte. Quem for a favor de incluir a proposta do Procópio
333 se manifeste. Dois votos a favor da proposta. Então seis contrários. Então
334 permanece a proposta sem o considerando do Plano. Eu vou fazer a leitura da
335 proposta aprovada. Artigo 2º. Vou ler de novo para ficar na ata. Está todo mundo
336 reclamando que não precisa ler. Então tá, vou seguir o conselho. Então ficou a
337 proposta primeira, sem citar o Plano Diretor de Bacia. Então vamos para aprovação
338 do texto com as alterações feitas. Quem está a favor do texto da minuta com as

339 alterações permaneça como está. Aprovado. Unanimidade. Não, abstenção do
340 Sylvio. Então o texto foi aprovado com abstenção do Sylvio, Universidade Federal
341 de Uberlândia. Então agora vamos para apresentação... Tem escritos, desculpa.
342 Manifestação do Altino. Tinha que ser antes. Altino, sua manifestação ficou
343 prejudicada, já teve a votação, não tem como voltar atrás. Foi uma falha minha aqui.
344 Se quiser continuar com a manifestação.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de
345 Comitês de Bacia: “Tranquilo. Eu agradeço, Guilherme. Mais uma vez, bom dia a
346 todos. E na verdade é mais para fazer uma consideração em nome do Fórum
347 Mineiro de Comitês de Bacia. Nós tivemos aqui momentos que foram tanto quanto
348 conturbados, até chegar a esse produto final. Eu quero dizer que aqui hoje a gente
349 já começa e até mesmo a partir de ontem, com a presença da Marília e do Thiago
350 na discussão lá no Fórum Mineiro de Comitês de Bacia, que a gente chegou no
351 momento onde...” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Altino, só te interromper
352 um instante. É o seguinte: o texto foi aprovado, mas se você quiser se manifestar a
353 respeito do anexo, que são as propostas das unidades, a distribuição das unidades
354 também, está em aberto ainda para manifestação.” Altino Rodrigues Neto/Fórum
355 Mineiro de Comitês de Bacia: “Ok, obrigado. Mas, de qualquer maneira,
356 continuando, eu vejo que precisávamos de algum aprimoramento e precisávamos
357 de ir adiante. Eu acho que por vezes nós nos apegamos a alguns preciosismos que
358 eram desnecessários. E a nossa proposta é de caminhar, de evoluir, de uma
359 maneira que possamos construir juntos. Os Comitês de Minas Gerais entenderam
360 isso, o IGAM entendeu isso, e agora no momento de maior serenidade já estamos
361 compondo para que esse processo realmente tome pé e vá adiante. Eu quero aqui
362 parabenizar esta Câmara Técnica, porque viemos aqui hoje para respaldar todo
363 esse processo, mostrando o nosso apoio, e aqui hoje esta Câmara ainda conseguiu
364 aprimorar ainda mais essa redação e tornar isso um documento ainda melhor e
365 garantindo direitos dos Comitês, que a gente temia que de alguma maneira
366 pudessem ser comprometidos. Fico aqui ainda mais surpreso de ver que um
367 parágrafo único foi proposto pelo Thiago exatamente numa visão de que estamos
368 aqui é para construir juntos. Então o Fórum Mineiro está aqui para apoiar essa
369 proposta, e a gente continuar nessa caminhada. Com relação às UEGs, temos ainda
370 algumas considerações a fazer. Porque possivelmente vai ter algumas
371 discrepâncias dentro da visão preliminar que foi considerada, que está dentro do
372 Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ontem tivemos algumas discussões no que
373 considera o SF4, que é o Comitê ao qual pertença, que é o Entorno de Três Marias,
374 como margem esquerda do São Francisco. E a margem direita? Sabe-se que está
375 incluída também nesse processo, é questão só de nomenclatura. Mas ao mesmo
376 tempo o Comitê do Entorno de Três Marias, como também o Comitê SF9, vê um
377 território compartilhado. Por exemplo, o SF9 tem um território que está voltado para
378 o agronegócio, que é o Noroeste de Minas, como também tem território dentro do
379 Semiárido. Então há que se pensar em possíveis considerações, conforme a
380 peculiaridade de cada um, e não tratar de maneira nivelada, como se todo aquele
381 território que é considerado pudesse ser. O SF4 é a mesma coisa, ele tem um

382 território que recebe o Paraopeba – inclusive é um problema que a gente vive hoje
383 em função das chuvas –, mas também tem um território que está voltado para o
384 Noroeste de Minas, que vai na Chapada, o Noroeste, que é um grande produtor de
385 grãos. Então talvez algumas considerações. Eu especifiquei esses dois, mas
386 algumas considerações de reavaliações deveriam ser feitas em função das
387 peculiaridades que cada um desses Comitês, dessas Unidades têm para compor as
388 UEGs e não tratar isso de uma maneira nivelada. Talvez é uma discussão que
389 tenhamos de evoluir. O Plano Diretor está posto, é visto que ele já tem dez anos de
390 idade e talvez já demande uma revisão, para que possamos pinçar algumas coisas
391 que têm relevância. E isso, obviamente, de acordo com essa redação, considerando
392 os Comitês, com a participação dos Comitês. Mas de qualquer maneira nós vemos
393 isso como um ponto muito positivo e aqui, mais uma vez, parabenizamos esta
394 Câmara. E vamos partir para essa construção o Conselho Estadual, o IGAM e os
395 Comitês de Bacia para realmente termos água de qualidade e quantidade. Na
396 verdade, o anexo que vai ser considerado hoje é a proposta do IGAM. Correto?”
397 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Não, nós vamos votar os três anexos. Vai
398 ser a discussão agora.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia:
399 “A votação então pelos anexos?” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Sim.”
400 Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Perfeito.” Presidente
401 Guilherme da Silva Oliveira: “Se você tiver alguma manifestação sobre o anexo, já
402 faz de uma vez.” Conselheiro José de Castro Procópio: “É essa que eu estou
403 cobrando dele, porque ele tinha me confidenciado que o Fórum Mineiro tinha optado
404 pela proposta do IGAM.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia:
405 “O nosso apoio, em princípio, é pela proposta do IGAM. Que fique claro isso. Agora,
406 gostaríamos que tivesse sempre essa possibilidade de analisar essas variantes que
407 eu mencionei previamente. Porque existem peculiaridades, então eu acho que não
408 podemos tratar de uma maneira única territórios que são tão diversos.” Presidente
409 Guilherme da Silva Oliveira: “Ok.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “É só tirar uma
410 dúvida. A proposta é a que está anexada, é a do anexo da deliberação. Porque tem
411 uma outra proposta do IGAM, de dez regiões.” Presidente Guilherme da Silva
412 Oliveira: “Nós não apresentamos a proposta, nós votamos o texto. E agora nós
413 vamos apresentar a proposta.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Porque tem uma
414 de 14 e outra de dez.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Altino, eu vou manter
415 a sua inscrição aqui – como você é o único que está inscrito – para se manifestar
416 após a apresentação das propostas, das três propostas, depois que os conselheiros
417 discutirem aqui. Vamos partir para a apresentação que a gente já ganha tempo.
418 Thiago, só coloca os anexos para apresentação. O Thiago sugeriu o seguinte. Quem
419 fez as propostas foram o IGAM, a Faemg e a Fiemg. Então nós vamos dar um
420 espaço de tempo para cada proponente apresentar a sua proposta, só para ficar
421 mais claro aqui. Então, Thiago, por favor, apresentando a proposta do IGAM.”
422 Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Essa proposta, qual é o contexto da nossa
423 proposta? A nossa proposta traz algumas unificações que têm alguns vieses. E aí
424 eu vou fazer algumas pontuações e queria que os conselheiros pudessem entender

425 que a nossa proposta não tem uma linearidade sobre o critério. Algumas regiões
426 têm critérios de aglutinação. Qual é a questão que não é linear? Porque ela traz
427 algumas justificativas que são critérios sobre a sustentabilidade financeira da UEG,
428 sob a ótica de ter uma entidade equiparada. E aí eu queria deixar uma situação
429 muito clara para vocês. Por exemplo, uma ótica que foi trabalhada é sobre a
430 viabilidade da instituição e equiparação de uma entidade equiparada. No Estado de
431 Minas Gerais, a nossa Política Estadual estabelece que a cobrança tem um fim
432 específico da valoração da água como um bem limitado, mas, paralelamente, para
433 instituir a cobrança, tem que ter uma entidade equiparada, que é o braço executivo
434 do Comitê, que gere e dá o apoio administrativo operacional. E é um critério
435 obrigatório para o Conselho fazer equiparação haver uma sustentabilidade
436 financeira daquela entidade. Ou seja, é um critério indireto e obrigatório, não só pela
437 valoração da água ao nível dos preços públicos e metodologia. Esse critério foi
438 trabalhado utilizando a ótica da aglutinação dessas regiões no contexto de ter uma
439 entidade única. Essas duas regiões. Outro critério que foi trabalhado, sob a ótica de
440 conflitos e pressão de uso de grandes áreas de cultivo. A proposta do Plano
441 Estadual – e aí aonde nós do IGAM hoje visualizamos que há algo a ser melhorado
442 – mantém o Paracatu como uma unidade exclusiva, todo o CBH Paracatu como uma
443 unidade única. E achamos que isso não é factível, perante todos os contextos. Está
444 o Zé Américo aqui, do Urucuia. A Bacia do Paracatu tem uma homogeneidade muito
445 grande sobre tipologias de uso, conflitos de uso da água, dimensões de
446 empreendimentos agrícolas, que são totalmente distintos do Sul de Minas, que é a
447 minha região, por exemplo. E que tem uma proximidade também – como o Altino
448 mencionou – na porção noroeste do SF4 de grandes empreendimentos agrícolas. A
449 proposta traz que para essas áreas – o SF7 e o 8 – seria o critério homogêneo,
450 pensando, principalmente, na outorga de direito de uso e na instalação de marcos
451 regulatórios de uso. A questão do Paranaíba hoje é trazida aqui. Eu vou só
452 ressuscitar uma discussão que houve no workshop que fizemos, que vai sair o
453 relatório, como eu mencionei ontem na reunião do Fórum. Muitos membros do
454 Paranaíba – o Bruno também está aqui, que é presidente do Araguari –, no
455 Paranaíba há uma discussão grande. Aqui, gente, eu não estou discutindo
456 unificação de Comitê. Só para ressaltar de novo isso. É só para discutir
457 homogeneidade. No Paranaíba, a discussão de critérios de cobrança hoje, por
458 exemplo, já é trabalhada no PN1 e PN3, e tem a discussão de talvez puxar isso para
459 o PN2, por exemplo. E aí entramos na questão da homogeneidade para um critério,
460 um instrumento de gestão. Além de terem conflitos pelo uso da água, setor
461 hidrelétrico presente, a tipologia dentro dessa área do Paranaíba é muito próxima.
462 As outras regiões seguem um pouco a proximidade do Plano Estadual. Na região
463 Central do Estado, na Bacia do São Francisco, nós fizemos uma proposta um pouco
464 mais ousada, de trazer as nascentes do São Francisco, de Minas, numa unidade só.
465 Essa é a proposta do IGAM que colocamos.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo:
466 “Quando nós elaboramos essa proposta, nós nos baseamos em alguns critérios
467 para estabelecer essas unidades de planejamento. Nós planejamos nove unidades

468 de planejamento em relação aos territórios das Suprams, para ficar próximo das
469 Suprams, que são as Suprams que fazem a gestão ambiental de cada unidade de
470 planejamento. Então, como estão mais próximas, estão mais divididas com a sua
471 base de atuação, procuramos aproximar essa base de atuação da Supram junto
472 com a unidade de planejamento. Teve outros pontos que nós destacamos, que
473 levamos em consideração. Um outro ponto que nós destacamos também foi a
474 definição das mesorregiões do IBGE. Então, como o IBGE faz algumas divisões no
475 Estado, nós aproveitamos essas divisões que o IBGE fez para juntar as informações
476 econômicas e também informações sociais que o IBGE faz captação de
477 informações, de dados, para também usarmos essas informações. Então você vai
478 juntando isso tudo. Outro ponto que nós levantamos também foi a hidrografia, como
479 os rios afluentes vertem para as calhas. Então fizemos esse estudo também,
480 levamos isso em consideração, a fluência dos rios para a calha. Um outro ponto que
481 também levantamos foi o climatológico. Se observarmos, o clima da região do
482 Triângulo é bem semelhante, o clima da região Norte tem algumas divisões com a
483 parte do Mucuri, com a parte do Jequitinhonha. Então nós levamos isso também em
484 consideração. Inclusive, até o índice pluviométrico. Porque tem determinadas
485 regiões que são mais secas, em que chove menos e outras em que chove mais. Um
486 exemplo, o Sul de Minas. Nós levamos também em consideração a distribuição da
487 população, onde tem mais concentração de população. E levamos também em
488 consideração a concentração de áreas potenciais para a expansão. Aí é o que o
489 Thiago também comentou com relação à expansão da mineração, a expansão da
490 cana-de-açúcar, expansão de milho, soja, pecuária e assim por diante. E
491 consideramos também – é um dos pontos que o Thiago levantou – a questão da
492 potencialidade de cobrança de recursos hídricos em cada Comitê de Bacia, cada
493 Bacia Hidrográfica. Nós fizemos levantamento até com informações do IGAM para
494 que a gente dê sustentabilidade à Agência de Bacia. Então o potencial, o que tinha
495 de similaridade nós levamos isso também em consideração. Aí chegamos à
496 conclusão de nove unidades, que seriam uma unidade no Paranaíba, outra no Baixo
497 Grande, outra no Alto Grande, uma no Paraibuna, uma para o Jequitinhonha, Alto
498 São Francisco, Baixo São Francisco, Alto Rio Doce e Baixo Rio Doce.” Conselheiro
499 José de Castro Procópio: “Só para eu visualizar: qual é a diferença do seu para o
500 do IGAM, em termos de mapa?” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “A diferença
501 é muito pequenininha.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu sei que é
502 pequeno, é exatamente isso que estou tentando localizar. Você pode ajudar,
503 Thiago? A diferença do mapa dele?” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “O São
504 Francisco, divide em três, e nós estamos dividindo em duas.” Conselheiro José de
505 Castro Procópio: “Tudo bem. Era exatamente porque é aonde está a diferença.
506 Entendendo a diferença a gente começa a raciocinar.” Conselheiro Odorico Pereira
507 de Araújo: “Eu não vim preparado para falar. Nós fizemos um trabalho...”
508 Conselheira Ivonice Maria da Rocha: “Um minutinho, por favor. Considerando essa
509 diferença, me ajude a compreender: por que você define dois lugares no São
510 Francisco? O Thiago apresenta, está trazendo o São Francisco dividido em dois,

511 que é o que você traz como diferença. É isso? Me ajude a compreender por que
512 você traz duas proposições diferentes. É nesse contexto que você colocou?”
513 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu não trago duas posições diferentes. Eu
514 estou trazendo o seguinte: para o São Francisco, nós dividimos em duas unidades
515 de planejamento. Uma da parte alta, que tem similaridade. Elas têm similaridade
516 entre si. E temos a parte baixa, que tem a sua similaridade.” Conselheira Ivonice
517 Maria da Rocha: “Observando esses critérios para montar essa proposta?”
518 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Para montar essa proposta. É isso.”
519 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “A proposta da Faemg é mais parecida com
520 a proposta da Fiemg, só que nós ainda reduzimos uma unidade de gestão. Não
521 dividimos o Doce em duas bacias, mantivemos todo o Doce como uma unidade de
522 planejamento. A nossa intenção, além dos estudos de que o Thiago e o Odorico
523 falaram, nós usamos desses estudos as similaridades entre os Comitês, mas
524 também não quisemos diminuir muito, fracionar muito o Comitê, a Bacia principal.
525 Então mantivemos cada Bacia, as Bacias principais, ali nas Bacias do
526 Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, que entendemos que tem uma similaridade
527 maior, tanto cultural, e a entrega também. Quando começa a partir muito, no final
528 tem que entregar a água, tem que ter uma entrega só. Então no nosso entendimento
529 trabalhar a gestão das unidades com a área da Bacia toda facilita para os Comitês
530 e fortalece até o Comitê maior, o Comitê nacional, no caso, São Francisco, Doce,
531 Grande. E o São Francisco fracionamos, porque o São Francisco, além da porção
532 dele dentro de Minas, uma porção muito grande, o Alto São Francisco difere muito
533 do Baixo São Francisco, do Médio, vamos dizer assim, dentro do Estado. O Alto tem
534 uma grande região com mineração, que é a aptidão dele por um minério dali, e ele
535 abriga a região metropolitana, que é um caso à parte. Então entendemos que fazia
536 sentido essa divisão ali, até porque também ali seria como se fosse um divisor, uma
537 marca de entrega à represa de Três Marias também, que é um regulador de fluxo
538 do rio. Então fizemos essa divisão tentando manter ao máximo a unidade de gestão
539 com o Comitê, com a Bacia que abriga os nossos Comitês mineiros. Então essa foi
540 a nossa intenção. A nossa proposta se não me engano são sete unidades de gestão
541 e reduz o número de unidades de gestão também, o que eu acho que facilita na hora
542 de fazer esses estudos. Então são as três propostas. Vou abrir a palavra para os
543 conselheiros e para o Altino, que estava inscrito, se ele quiser falar alguma coisa.”
544 Conselheiro José de Castro Procópio: “São três propostas, elas têm muitas
545 similaridades, os parâmetros que deram embasamento para elas, desde o Plano
546 Diretor, são muito parecidos, muito próximos, o que me mostra que a maior
547 inteligência nesse processo está, na realidade, na capacidade de negociação ou de
548 se falar as bases onde essa proposta vai realmente atingir e afetar. Aí nesse
549 momento, a razão daquela hora quando o Altino estava aqui ao microfone, que eu
550 pedi para ele manifestar qual foi o acordo que tinha sido feito com a Marília na
551 discussão, considerando que é o Fórum Mineiro de Comitês. Então o Fórum Mineiro
552 está defendendo a proposta do IGAM. Eu, como conselheiro, vou deixar claro que
553 estou apoiando essa proposta em função dessa base já costurada, que é

554 exatamente o que aconteceu desde o processo do texto da lei, do decreto, que
555 tenhamos essa negociação com as bases. E essa negociação aconteceu, de certa
556 forma, junto com o Fórum Mineiro com o IGAM. Eu continuo ainda com
557 questionamentos se é esta ou aquela proposta a melhor, mas estou fechando com
558 a base que aonde a coisa vai acontecer, é com os Comitês de Bacia que vão ter que
559 ser discutidos detalhes dessas novas propostas, de novas ferramentas de gestão, a
560 forma de aplicá-las. Então por isso que a minha posição é fechada nisso. Mas eu
561 acho que tem que começar de algum lugar. Gosto quando a Fiemg fala da
562 possibilidade de estar ligada à Supram, às unidades da Supram, porque há aquela
563 questão de incompatibilidades do licenciamento com a recuperação de bacia.
564 Porque é fácil licenciar corte de milhares de árvores por um empreendimento, mas
565 para poder recuperar esses milhares de árvores o custo é muito mais alto às vezes
566 do que se conseguiu em benefício econômico com a supressão. Então eu vejo que
567 vamos avançar, mas não sei se vamos evoluir. Vamos avançar, e evolução seria se
568 tivéssemos esse debate junto com as bases, aprimorado, decidido, negociado. Mas
569 eu acho que estamos já no caminho. Então eu defendo a decisão do IGAM em
570 função do que foi negociado. Eu estou transmitindo, sendo porta-voz dos Comitês
571 de Bacia, como eu fui desde o início aqui no processo de pedido de vista. Mas vejo
572 coerência em todas as três propostas apresentadas.” Presidente Guilherme da Silva
573 Oliveira: “Eu vou me manifestar como conselheiro de Comitê. Entendo a proposta
574 do Fórum. O que eu quero levantar é o seguinte: pelo menos nos Comitês de que
575 participo, essas propostas não foram levadas à discussão. Algum conselheiro que
576 participa de fórum aqui, a proposta foi levada em discussão dentro do Comitê? Eu
577 entendo, é uma posição que tem, mas pelo menos no Comitê de que eu participo o
578 Comitê não levou essa proposta. Eu sei da turbulência que teve, mas...” Conselheiro
579 José de Castro Procópio: “Guilherme, você mostra exatamente o que eu estou
580 falando, a necessidade de uma discussão aprimorada com todo o Sistema de
581 Gestão de Recursos Hídricos. É isso que me mostra a falha de aprovarmos qualquer
582 um desses três. Porque até agora o Fórum discutiu e chegou a uma conclusão, mas
583 a internalização desse processo, para mim, deveria ter agora um tempo específico,
584 por exemplo, 60 dias, para todos os Comitês se reunirem, discutirem e trazerem
585 pareceres. Essa é a minha visão que deveria ser a condução ideal disso. O que
586 você mostra é exatamente o que eu estou falando. Neste momento, o que foi de
587 pulverização foi exatamente o Fórum, que foi o ator de discussão das unidades
588 estratégicas ‘ótimas’. Elas não estão ótimas, elas estão propostas.” Presidente
589 Guilherme da Silva Oliveira: “Nós estamos propondo aqui, e eu acho importante
590 levarmos e fazermos essa votação aqui. Mas a única coisa que eu quis deixar claro
591 é isso, as propostas não foram discutidas. Apesar de ter sido levantado, teve
592 reuniões no final do ano, deveriam ter sido levadas aos Comitês. Porque já estavam
593 todos os Comitês, vocês manifestaram aqui na última reunião da CTPLAN. Dentro
594 dos Comitês, os presidentes que representam aqui no Fórum, vamos dizer assim,
595 perderam oportunidade de levar essa questão aos Comitês.” Conselheira Bruna de
596 Souza Otoni: “A proposta de remodelagem foi discutida em alguns Comitês. Por

597 exemplo, no meu foi discutida. A questão que não foi discutida foi esse alinhamento
598 dessas regiões, como ficariam. A proposta inicial do IGAM foi manter como estava
599 no Plano Estadual de Recursos Hídricos, as 14. Vocês entregaram agora uma nova
600 proposta, na convocação da reunião, com dez regiões. É isso que precisamos
601 entender. Na primeira proposta, que foi do relatório da remodelagem, estavam as
602 14 regiões. O IGAM encaminhou agora na convocação essa nova proposta, das dez
603 regiões, e a Fiemg e a Faemg já haviam encaminhado antes, que eu já tinha olhado
604 tudo certinho. É isso que eu acho que está gerando confusão. A primeira proposta
605 era 14, que veio do Plano. Aí o IGAM encaminhou uma proposta agora, a nova, que,
606 além da minuta da deliberação, substitui no anexo as 14 pelas dez regiões. É isso
607 que eu acredito que não foi discutido, realmente o Fórum não discutiu se eram essas
608 14 ou as dez, qual proposta seria ideal. Realmente isso não foi discutido. Foi
609 discutida mais a deliberação mesmo, os artigos da deliberação. Então para não
610 termos problemas aí, porque às vezes eles estão achando que são umas 14 horas
611 e não estão lembrando que tem as dez. Por isso que ontem na reunião eu falei, tem
612 uma outra proposta.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Desde o começo, já
613 havia até as propostas de Faemg e Fiemg, desde o começo das discussões. A nossa
614 visualização, ao nível de IGAM, principalmente, se atém à questão do Paracatu, é
615 uma situação muito peculiar de todo esse rearranjo, e o Paracatu isoladamente. E
616 aí, dentro desse contexto de tentar trazer para uma ótica de uniformização, que é o
617 que está no escopo da norma, que foi o grande foco da discussão, o Paracatu não
618 poderia ficar sozinho, que perderíamos a discussão. Então nós temos que trazer o
619 Paracatu para essa ótica da uniformização dos critérios de instrumentos de gestão.
620 Esse foi o princípio que colocamos. Quem estiver no GT Cobrança, terça-feira, aí só
621 para justificar outro critério utilizado. A nossa análise no GT Cobrança tem duas
622 óticas para pôr na discussão: atualização de preços hoje aplicados e sobre uma
623 ótica de custeio de uma entidade equiparada em uma região sensível do Estado.
624 Para nós trabalharmos um preço público para essa região sensível, tivemos que
625 aumentar escala, aglutinando mais UPGRHs, para poder ter viabilidade de sustento
626 de uma entidade equiparada, de uma AGB Peixe Vivo, por exemplo. Não sei se a
627 Ivonice conhece, temos algumas entidades, como a AGB Peixe Vivo, a Abha, o Ibio
628 e a Agevap. Nós pegamos a estimativa de custeio de uma entidade equiparada e
629 fizemos a junção de todos os usos em uma área sensível, quais sejam, Pardo,
630 Jequitinhonha como um todo, Mucuri, São Mateus e as pequenas Bacias do Leste.
631 Juntando todos esses usos, frente a um custo médio estimado de uma entidade
632 equiparada, qual seria o preço público? E o preço público é muito estratosférico
633 perante os preços hoje aplicados. Até mesmo juntando essas Bacias nós temos um
634 preço alto. Então essa foi a ótica da análise do IGAM. Vamos tentar trazer isso para
635 uma proximidade, pensando algumas, a cobrança, outras serão enquadramento,
636 que é um problema. Pensando principalmente na região metropolitana, as
637 nascentes do São Francisco, a questão dos conflitos no Noroeste, essas áreas que
638 têm grandes empreendimentos agrícolas. Não que sejam maus ou bons, é apenas
639 implementar a gestão nessas áreas. É uma ótica de ajuste que tem que ser

640 trabalhado. A questão do Alto Doce, que é diferente do Baixo Doce. Isso para quem
641 está na Bacia do Rio Doce é muito claro. Na hora que você pega Suaçuí, Caratinga
642 e Manhuaçu, são diferentes de Piranga, Piracicaba e Santo Antônio. Alguns vão ter
643 a pressão da mineração, que é muito alta nas nascentes do rio Doce; outros vão ter
644 pequenos empreendimentos agrícolas e também silvicultura. Então é essa a análise
645 que nós fizemos na hora de propor isso. Algumas são homogêneas, como está no
646 Plano Estadual? Sim, são. Outras nós trouxemos para uma ótica diferente, sobre
647 alguns instrumentos. Porque foi muito questionado, 'ah, mas nós estamos pegando
648 um estudo do Plano Estadual de 2010'. Nós pegamos como base. Sobre isso, nós
649 fizemos algumas análises. Quem estiver no GT Cobrança terça-feira, eu acho que
650 é bom até ver a ótica, que a remodelagem já é aplicada para dar viabilidade para os
651 Comitês de Bacias, a cobrança tem esse papel. Falamos muito do Comitê do Rio
652 das Velhas, que é um Comitê atuante, presente. Ele se tornou mais atuante e
653 presente a partir da cobrança, que ele teve autonomia e saiu do que chamamos de
654 custeio do Fhidro. Ele tem onde aplicar seus recursos, fazer seus investimentos,
655 propor ações e se redistribuir dentro da Bacia. A cobrança tem esse objetivo que
656 fortalece a atuação do Comitê, e essa ótica foi trabalhada para essa região, por
657 exemplo. Isso é a justificativa do IGAM nessa proposta." Altino Rodrigues
658 Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: "Eu confesso, Thiago, que fiquei um tanto
659 preocupado, porque o que nos foi apresentado ontem e que foi acordado foram 14
660 unidades. A sua proposta aqui hoje foi diferente, foi para dez UEGs. Sua justificativa
661 eu compreendo, todavia, já nos deixa um pouco apreensivos, porque o tratado foi
662 uma coisa, e agora apresentada outra. Sinceramente, não vi grandes diferenças
663 entre o que foi proposto e o que foi apresentado ontem, mas eu gostaria de ver a
664 possibilidade, mais uma vez. O Procópio aqui eu acho que foi feliz de dizer que isso
665 deveria ter sido construído previamente e perdemos talvez a oportunidade de
666 discutir isso previamente com mais clareza, porque o nosso embate no momento
667 era em outra frente. Mas eu quero ver se existe a possibilidade. Existe uma
668 proposição, as propostas foram colocadas, mas que tivéssemos um horizonte onde
669 ajustes pudessem ser feitos. Eu vou citar aqui alguns exemplos. Em conversa com
670 o São Mateus, o São Mateus entende que ele se identifica bem com o Mucuri, mas
671 não se identifica com tanta clareza junto ao Jequitinhonha. A parte do São Francisco,
672 que é a parte do Semiárido, talvez tenha uma maior identificação com o
673 Jequitinhonha, com parte do Jequitinhonha também, visto que compartilham um
674 território que é, basicamente, Semiárido em alguns instantes. Tanto é que a
675 Codevasf já considera encampar o Mucuri e o próprio Jequitinhonha em função
676 dessas similaridades. Se tivéssemos aqui uma proposta para que mais adiante os
677 Comitês pudessem considerar isso e ter também uma palavra para recomposição
678 disso de acordo com as suas realidades, eu acho que seria uma coisa prudente.
679 Porque esperar uma reavaliação do Plano Estadual de Recursos Hídricos talvez
680 seja por demais lento, daqui a cinco anos, conforme você mesmo previu. Eu gostaria
681 que esta Câmara considerasse essa possibilidade de termos um mecanismo, seja
682 ele qual for – estamos abertos, inclusive, a propostas –, para que pudessemos

683 avaliar isso mais adiante, levando essas peculiaridades em consideração.” Thiago
684 Figueiredo Santana/SEMAD: “Algumas normas do Conselho Estadual já trazem
685 expressa a proposta de revisão da norma. Eu lembro disso na Deliberação
686 Normativa conjunta COPAM/CERH nº 1/2008. Ela estabelece já dentro do escopo
687 da norma um horizonte de revisão dela. A DN 1/2008 estabelece o enquadramento
688 e os padrões e condições de lançamento e tem o horizonte de revisão e de
689 atualização da norma. Talvez se colocarmos o gatilho nessa norma, dá essa
690 segurança.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Porque aí
691 eu acho que realmente legitimaria todo o processo, porque essa discussão iria para
692 os Comitês, e nós teríamos tempo hábil para discutir nos Comitês e falar ‘olha, a
693 gente se enquadra nisso’, com os atores. Porque os Comitês têm a capilaridade
694 para fazer isso. Por mais que o IGAM se esforce e tudo, não tem essa capilaridade.
695 Então há que ouvir as bases, ouvir aqueles que realmente vivem no território, porque
696 nós estamos falando aqui de uma questão de território.” Thiago Figueiredo
697 Santana/SEMAD: “Sim, aí, só uma situação, Altino. Como a norma está trabalhando
698 para aplicação de instrumentos e definição de critérios homogêneos nesses
699 territórios, isso tem um tempo, até porque alguns critérios terão tramitação até
700 dentro do Conselho. Primeiro para cancelar, autorizar, para depois serem
701 aplicados. Isso é uma situação. Outros, como o próprio enquadramento – aí é a
702 situação que temos discutido, as pactuações com usos –, a efetividade,
703 principalmente a partir de uma pactuação de usos para se observar um resultado
704 em qualidade da água, também tem um horizonte médio de efetivação. Para
705 avaliarmos se aquela proposta ali é adequada ou não. Você está entendendo a
706 lógica do que eu estou querendo colocar? Qual seria a sugestão de tempo? Eu vou
707 dar um exemplo da Deliberação Normativa conjunta 1/2008. Eu ia até olhar aqui,
708 são sete anos. E se aproxima até dessa discussão, porque trata do enquadramento.
709 Como você está estabelecendo critérios para enquadramento e condições, ela
710 estabeleceu um horizonte para você ver: ‘O que eu estabeleci e regulo se efetivou
711 em resultado de melhoria da qualidade da água?’ Então ela estabeleceu um
712 horizonte para tal. Aqui como nós temos alguns instrumentos que até mesmo por
713 regimento, como está no parágrafo único, o Conselho tem que aprovar ou o próprio
714 Comitê vai ter que aprovar, isso tem uma tramitação que consome um prazo, eu
715 acho que poderíamos trabalhar num prazo próximo disso.” Altino Rodrigues
716 Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Nós estamos falando o quê, já está apto
717 então à revisão?” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Isso.” Altino Rodrigues
718 Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Então nós podemos pensar nisso com
719 brevidade para que a gente evolua nessas discussões. Porque nós sabemos que
720 todo esse processo ainda vai levar tempo, para implantação das UEGs e tudo. Então
721 seria uma coisa com uma certa brevidade para que, realmente, quando se
722 implementasse todo esse processo das UEGs e começasse a considerá-las para as
723 diretrizes de enquadramento, outorga e por aí afora, os Comitês também já
724 pudessem se manifestar, ‘olha, nós entendemos que o nosso Comitê tem um
725 território que está compreendido entre um Semiárido e uma região de Cerrado ou

726 uma região de Mata Atlântica e por aí afora e, portanto, com propostas diferentes’.
727 Determinada parte do território poderia ser contemplada com essas diretrizes
728 primárias, e a outra parte. Para ser minimamente justo em todo esse processo, só
729 colocar uma situação sobre a questão do termo justo dentro do processo, mas por
730 outras palavras que saíram. Eu participei de boa parte da discussão, mas eu não
731 participei de alguns momentos. Em até alguns momentos outras pessoas também
732 não participaram. O grande foco da discussão dentro do Fórum Mineiro de Comitês
733 foi a certeza de que não estaríamos discutindo unificação de Comitês. Isso condição
734 de senso comum. Observou-se dentro da discussão o foco específico no texto para
735 ter essa garantia, que foi o grande acordo trabalhado ao longo desse processo. Eu
736 creio que se perdeu, durante isso, a oportunidade de visualizar o ganho nos outros
737 aspectos de critério. E aí é uma perda geral, não tem culpados, é só para alinharmos
738 o entendimento sobre isso. Por estarmos no momento de andar da norma, eu
739 sugeriria talvez a inserção desse gatilho de revisão dos territórios. Como já existem
740 outras normas. Por experiência. Eu vou falar pela experiência, até como eu
741 mencionei a Deliberação Normativa 1, salvo engano, tem outra norma que tem esse
742 gatilho de revisão. Alguns dos instrumentos têm um certo horizonte para apuração
743 de efetivação. Como eu mencionei, o enquadramento, e a própria outorga. Porque
744 a outorga, além de tudo, como é critério aprovado pelo Conselho, tem toda a
745 tramitação dentro do Conselho, Câmaras, CTIL, CTIG, isso tem um horizonte. Eu
746 vou ser muito franco, alterar um critério de outorga dentro do Conselho vai ser um
747 processo que demoraria, na minha opinião, por experiência, no mínimo um ano.
748 Para efetivação no outro processo. E, para resultado, um gatilho maior. Isso eu estou
749 só trazendo pela minha experiência e estou sendo muito franco com todos vocês.
750 Eu ia sugerir um gatilho temporal.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “O que
751 eu estou querendo dizer é o seguinte. Desde que foi estartado aquele momento de
752 discussão, eu acho que se perdeu oportunidade de fazer propostas. Agora nós
753 estamos trabalhando uma minuta, essa minuta vai sair da Câmara Técnica e vai
754 para a CTIL. Então tem ainda duas instâncias que vão poder alterar essa minuta: a
755 CTIL e o CERH.” Conselheiro José de Castro Procópio: “E depois tem o Plenário do
756 CERH. Em qualquer desses momentos, pode ser corrigida. Eu sugeriria, para não
757 parar o processo, que essa discussão fosse provocada nos Comitês, estimulada e
758 provocada como uma proposta realmente.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
759 “O Sylvio está alertando, a CTIL vai ver só a questão legal, não vai alterar a proposta.
760 Mas tem a Plenária do CERH. Então é trabalhar isso dentro dos Comitês, para na
761 hora em que os representantes dos Comitês vierem aqui trazerem a proposta. Então
762 essa possível alteração dentro do CERH ainda é possível fazer. Então eu acho o
763 seguinte, eu acho que as propostas não estão ruins no geral. Tanto que se olhar as
764 três propostas, Faemg e Fiemg, elas não se diferem muito, elas estão bem
765 parecidas. E eu acho que temos que trabalhar isso, levar aos Comitês, para os
766 representantes dos Comitês, no CERH, trazerem essa proposta definitiva. Essa
767 proposta de norma já tem mais de seis meses que está tramitando aqui, então eu
768 acho que este é o momento em que trouxemos. São três propostas, foi acordada a

769 proposta com o IGAM. Eu vou levar aqui para votação, e fica o dever de casa para
770 os representantes dos Comitês aqui, essa proposta depois vai para o CERH. E aí
771 no CERH os Comitês têm que levar essas propostas dos Comitês. Eu que sou do
772 Paraopeba vou cobrar ao Tito. Espero que vocês levem para seus Comitês e tenha
773 a definição da proposta nos Comitês para o CERH. Os Comitês vão se reunir no
774 Fórum, e o Fórum trabalha essa proposta em cada Comitê. Eu acho que aqui dentro
775 da Câmara Técnica o trabalho foi feito, houve momento para discussão, ficou mais
776 de seis meses para levantar essa proposta. E como o Thiago falou, ficou muito
777 fixado nesse negócio 'o Comitê participa, o Comitê está dentro, está fora, está
778 tirando Comitê, está colocando Comitê, não sei se vai acabar com o Comitê' e
779 esqueceram do restante da proposta. Então eu vou encaminhar para votação das
780 três propostas, quatro propostas, do Plano Estadual, a nova do IGAM, que foi
781 discutida com o Fórum, a da Fiemg e a proposta da Faemg. Então são quatro
782 propostas. E aí fica o dever de casa para o Fórum, para os representantes do Fórum.
783 Para finalizar, Altino. Aí eu vou entrar para votação aqui. E caso tiver algum
784 conselheiro querendo falar mais alguma coisa." Altino Rodrigues Neto/Fórum
785 Mineiro de Comitês de Bacia: "Eu acredito, Guilherme, que não perdemos tempo.
786 Muito pelo contrário, nós ganhamos maturidade em todo esse processo. E eu quero
787 aqui ressaltar, mais uma vez, o trabalho desta Câmara Técnica. E na verdade o
788 Thiago e o próprio Sylvio vêm nos subsidiando com questões técnicas e agora aqui
789 a Valéria, da procuradoria, também fundamentando isso da questão legal. Então eu
790 acho que essa discussão está num nível muito bom e quero aqui é dizer que acho
791 que a proposta já colocada dentro de um nível técnico e que promove um consenso
792 e uma construção bem mais robusta, para evitar até mesmo alguns outros agravos
793 no futuro, é a proposta que o Thiago colocou: a gente promover um gatilho, pensar
794 nisso, porque isso vai para apreciação desta Câmara. Então colocar esse gatilho de
795 maneira que resguarde essa condição primária, que os Comitês já entenderam que
796 seria a melhor." Presidente Guilherme da Silva Oliveira: "O gatilho, a gente já votou
797 o texto. É isso que estou falando, vocês vão ter que trabalhar isso para a Plenária
798 do CERH. O que estou falando é o seguinte: a Câmara Técnica, nós temos os
799 representantes, todo mundo aqui é representante de Comitê. Então é isso que eu
800 estou falando, nós trabalhamos tecnicamente e enviamos as propostas, todo mundo
801 podia enviar proposta. O trabalho da Câmara Técnica foi cumprido. Vão ficar como
802 dever de casa o gatilho e, se vocês entenderem, a nova proposta do anexo. O resto
803 eu acho que está acordado já com todo mundo. Eu estou alertando aqui para
804 trabalhar isso com os Comitês e levar aos representantes dos Comitês e às
805 entidades que estão participando." Conselheiro José de Castro Procópio: "Um
806 esclarecimento. Na CTIL esse gatilho não pode ser acrescentado? Eu acho que
807 pode." Valéria Ferreira Borges/IGAM: "Como o Guilherme disse, o que estamos
808 aprovando aqui hoje é uma minuta. Para vocês terem ideia, esse texto nem foi para
809 a Procuradoria Jurídica do IGAM. Eu estou dando assessoramento hoje, mas não
810 analisamos. Então essa proposta aqui hoje que vocês vão aprovar é a minuta. Essa
811 minuta vai para o IGAM ainda, deve passar por um parecer técnico, um parecer

812 jurídico e vai para a CTIL. A CTIL tem a função de analisar normas no aspecto legal.
813 O conteúdo dela é supertécnico. Então a CTIL, eu entendo que a função dela é
814 verificar a questão de competências, técnica legislativa do texto, e pode ser
815 representado, porque seria acrescentado um artigo em um texto legal. Então essa
816 proposta de um gatilho poderia ser trazida à CTIL. E posteriormente vai para o
817 Conselho, onde também podem ser feitas revisões, sugestões de alteração. Então
818 poderia, sim, ser na CTIL. Se, inclusive, internamente, alguém, o Thiago, do IGAM,
819 quisser incluir essa possibilidade dentro do texto que já vai para a Procuradoria, pode
820 como sugestão, não como texto aprovado. Poderia consultar, não inserir no texto
821 aprovado, poderia fazer uma consulta separada perguntando se poderia usar esse
822 gatilho. Porque aí, se a CTIL questionar, já estamos com o parecer concluído nesse
823 sentido.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Mas não para ser incluso na proposta.
824 Vai ser mandado ao Conselho Estadual com uma possibilidade. A CTIL não pode
825 incluir nada.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Não vai alterar nada.” Conselheiro
826 Sylvio Luiz Andreozzi: “Ela pode ver, o que ela vai fazer, é se cumpre todos os
827 regimentos, se estaria de acordo com o que está estabelecido na lei, se sua redação
828 é legalmente.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “A CTIL pode apresentar um segundo
829 texto para o Conselho, incluindo esse gatilho. É uma mudança legal.” Conselheiro
830 Sylvio Luiz Andreozzi: “Não, ela altera o mérito, ela não pode fazer isso.” Valéria
831 Ferreira Borges/IGAM: “Eu entendo que é uma alteração de cunho legal, ela
832 poderia.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Cunho legal se isso estiver previsto
833 em lei. Por exemplo, ‘para essa situação, há necessidade de estabelecimento de
834 um gatilho’.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Mas de qualquer forma ela pode fazer
835 uma análise, ela não pode é alterar o texto aqui. Ela pode fazer essa análise
836 separada.” Altino Rodrigues Neto/Fórum Mineiro de Comitês de Bacia: “Só mesmo
837 para arrematar, fica aqui a manifestação do Fórum Mineiro de Comitês, que
838 apoiamos a proposta original do IGAM que foi apresentada ontem ao Fórum Mineiro.
839 São 14 unidades.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Só colocar a posição do
840 IGAM aqui. Em respeito ao acordo que foi feito com o Fórum, e isso não foi levado
841 à discussão, o IGAM tira a proposta de dez.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
842 “Então com a retirada da proposta do IGAM são três propostas: a do Plano Estadual,
843 com 14 regiões; a proposta da Fiemg, com nove; e a da Faemg, com sete unidades.
844 Então eu vou colocar em votação. Quem é a favor da proposta 1, do Plano Estadual
845 com 14 unidades se manifeste. Procópio e Bruna. Procópio, Instituto Guaicuy, e
846 Bruna, de Araçuaí. Eu vou suspender a votação porque tem uma dúvida aqui, por
847 causa do conselheiro aqui. Nós estamos vendo, parece que tem um problema, se
848 pode haver substituição ou não. Pessoal, vamos retomar aqui. Só para esclarecer o
849 que estava acontecendo aqui, são duas coisas por que eu suspendi a votação. Duas
850 coisas que estavam acontecendo aqui, aí eu pedi ajuda da Valéria. É que o Igor,
851 que representa aqui, tem um assento compartilhado Cesama e Fiemg, precisou sair
852 com problema no hotel, e aí eu perguntei se o Odorico poderia substituir ou não. A
853 Valéria disse que é a entidade que é representativa e não há problema, que é a
854 representante e não há problema. E o segundo problema o Sylvio levantou e é o

855 seguinte. Foram apresentadas três propostas: IGAM, aquela de dez unidades;
856 Fiemg, de nove unidades; e Faemg, de sete unidades. O que o Sylvio levantou é o
857 seguinte: o Plano não é uma proposta, é um estudo que foi apresentado, mas não
858 como proposta. Você quer comentar mais alguma coisa, Sylvio? Ou
859 encaminhamento?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “É só para que tenhamos
860 clareza sobre o que está sendo encaminhado e as repercussões disso. Lembremos,
861 isto aqui é uma Câmara Técnica de planejamento, ela dá um subsídio técnico ao
862 Conselho Estadual. A decisão é do Conselho Estadual, seguindo ou não aquilo que
863 a Câmara Técnica apresenta. Então é uma instância técnica, de julgamento técnico
864 do que está sendo apresentado. No Plano existe não é uma proposta de
865 regionalização, é um estudo de regionalização, baseado numa série de critérios,
866 critérios esses, inclusive, que já estão superados temporalmente. Alertei sobre isso
867 ontem. Correto, Thiago? Como a área de expansão da cana. Era um estudo que foi
868 apresentado na época do Plano, que tinha lá as unidades de gerenciamento de
869 recursos hídricos. Outra coisa é aquilo que está sendo apresentado como proposta
870 de regionalização para essa minuta de Deliberação Normativa que o Thiago trouxe
871 hoje, com a proposta do IGAM, com dez unidades. A Fiemg apresentou uma com
872 nove unidades, e a Faemg apresentou uma com sete unidades. Essas são as
873 propostas desta Deliberação Normativa, essas três. Não há uma proposta com 14
874 unidades, existe um estudo no Plano com 14 unidades. Ninguém apresentou essa
875 proposta de 14 unidades, isso que é preciso entender. O estudo foi utilizado como
876 base. Uma coisa que precisa ficar clara para todo mundo, uma das preocupações
877 da efetivação dessa diretriz normativa é qual a área de sustentação econômica para
878 Agências. No estudo da Fiemg – aliás eu gostaria de, publicamente, parabenizar o
879 estudo que a Fiemg apresentou – e no estudo do IGAM existiam uma possibilidade
880 de arrecadação e os 7% que daria ou não base de sustentação para viabilização da
881 Agência. Existe um estudo da ANA, que também nos foi apresentado aqui na
882 Câmara Técnica, que demonstra que uma determinada quantidade dos 7,5% não
883 sustenta a Agência. Então foram feitos agrupamentos para dar uma base territorial
884 para a existência de uma Agência ou de uma entidade equiparada. Essas propostas
885 com dez, nove e sete unidades consideram esse vetor econômico. Então é preciso
886 ficar claro isso. E uma das questões a colocar antes da votação é exatamente puxar
887 uma ou outra unidade para aumentar a sustentabilidade econômica dessas
888 unidades. Então eu estou solicitando e perguntando à Procuradoria se é possível
889 nós refazermos a votação perante esses esclarecimentos. Inclusive, com um tempo
890 para que eu possa questionar uma flexibilidade em cima da composição das
891 unidades para garantir a viabilidade econômica da unidade.” Valéria Ferreira
892 Borges/IGAM: “Eu tinha saído, eu não sei se teve início a votação. Pelo Regimento,
893 iniciou a votação, não pode ter nova proposta. Não poderia fazer mais proposição
894 nenhuma. Voltar a votação seria um caráter excepcional. Agora, eu só queria
895 colocar uma questão que estava conversando com o Guilherme. Nós temos que
896 considerar aqui o que foi enviado para os conselheiros, a gente discute em cima da
897 pauta, em cima dos documentos que foram enviados. Se formos considerar os

898 documentos que foram enviados, foram enviadas três propostas: as de dez, nove e
899 sete, Faemg, Fiemg, IGAM. Então eu entendo que é em cima disso que devemos
900 debater. A proposta de 14 está dentro do estudo, do Plano que já foi aprovado, um
901 decreto. Legalmente, esse estudo existe. O que eu entendo do Plano é que o Plano
902 é um estudo. Assim como os Planos Diretores são estudos, que têm proposições
903 dentro, mas muitas dessas proposições e desses estudos para ter efetividade
904 precisam se tornar uma norma. É o caso do enquadramento. Os Planos Diretores
905 trazem critérios de enquadramento, mas enquanto não tem uma DN de
906 enquadramento não tem enquadramento. Então as 14 unidades poderiam se tornar
907 uma proposta. Tiraria aquilo que está como estudo dentro do Plano e transformaria
908 em uma possibilidade de DN, dando efetividade ao que está no Plano. Eu entendo
909 que ela poderia ser uma proposta, mas aqui hoje ela não foi incluída como uma
910 proposta. O que veio para os conselheiros analisarem foram uma proposta de dez,
911 apresentada pelo IGAM, de nove, da Fiemg, e sete, da Faemg. É isso.” Conselheiro
912 José de Castro Procópio: “Eu estive conversando com a equipe do Fórum ali atrás.
913 Desde o primeiro momento, eu tinha pensado, quando o acordo foi feito, é que seria
914 essa de dez. Desde o primeiro momento, quando o Sylvio bem citou, ela tinha a
915 lógica da questão da sustentabilidade, embora também o estudo mostra que ela não
916 vai ser totalmente viável, há necessidade de aprimorar tanto o que está se discutindo
917 em termos da cobrança quanto melhorar as articulações a partir do IGAM para
918 inserção de recursos para a gestão do sistema, efetivamente. Mas eu acredito que
919 a possibilidade de o IGAM ter um embasamento que forneça o processo e em
920 termos de conseguirmos uma maioria aqui, eu proporia, eu retiro meu voto sem
921 problema e creio que a Bruna. Porque houve realmente um esclarecimento de peso.
922 Eu votaria na de dez e não na de 14, até mesmo porque, como foi dito, não foi
923 apresentada como proposta, e os títulos que estão lá não condizem muito, criam
924 confusão. Por exemplo, eu volto e proponho que sejam apresentadas as três
925 propostas, que sejam consideradas as três propostas. E eu já adianto o meu voto
926 na de dez, do IGAM. Embora, Odorico, eu também parablenizo. Eu quase tendo para
927 você, mas ainda divido a do São Francisco.” Thiago Figueiredo Santana/SEMAD:
928 “Deixa eu só fazer uma manifestação. Perante a colocação do Odorico, a colocação
929 do Sylvio, nosso professor, eu vou voltar a deixar a proposta do IGAM, em nível de
930 discussão. Como eu havia colocado, eu tirei. Volto a colocar em pauta para votação
931 a de dez UEGs. E fica disponível à votação dos conselheiros.” Conselheira Ivonice
932 Maria da Rocha: “À luz dos esclarecimentos, eu também corroboro a manifestação
933 do Sylvio e do Procópio. Eu retiro o meu voto daquilo que foi colocado nesse último
934 instante como uma quarta proposta, que é o que estava no Plano Estadual, mediante
935 a retirada da proposta do IGAM. Quando ele retorna agora, enquanto uma proposta
936 que nos foi enviada para estudo e nos foi apresentada, eu também me manifesto,
937 no momento da votação, favorável ao retorno dessa proposta e à proposta do
938 IGAM.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu vou anular a primeira votação,
939 porque o encaminhamento dela foi errado. A Valéria me chamou atenção aqui com
940 essa questão que o Sylvio levantou. Então o primeiro processo de votação está

941 anulado. Só para ficar claro, o Thiago manifestou a volta da proposta do IGAM, então
942 vai ficar como no início. Nós três propostas: do IGAM, com dez; da Fiemg, com nove;
943 e da Faemg, com sete.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Por questões de
944 estudos, inclusive, a proposta do IGAM leva em consideração as outorgas, os
945 cadastros, além dos principais usos, aí a gente volta. Já foi anulada a primeira, então
946 já fica com a proposta do IGAM mesmo, que está mais fundamentada.” Conselheiro
947 Sylvio Luiz Andreozzi: “A respeito da proposta apresentada pela Faemg, a única
948 dúvida que eu tenho e sugestão, na verdade, é que a colocação das Bacias que
949 ficam entre o Paraíba do Sul e o Doce... O que eu levantei de informações,
950 Guilherme, é que eles têm características mais próximas ao Paraíba do Sul do que
951 ao Doce. E do ponto de vista de arrecadação seria mais importante para sustentação
952 do Paraíba do Sul do que do Doce. Então a sugestão que eu faria, se isso for
953 possível, de alteração da proposta – não sei se é possível –, seria fazer isso aí
954 posteriormente lá no Conselho Estadual. Eu não quero complicar, eu só estou...”
955 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu não vou alterar a proposta, porque foi
956 estudado, inclusive, isso daí também já foi manifestado aqui pelos membros do
957 Comitê aqui na Câmara. Mas eu aceito a sugestão para o Conselho. Mas eu não
958 vou fazer mais alterações nas propostas. Mais algum conselheiro? Não? Então
959 vamos colocar em votação, porque o tempo está acabando para entregar aqui o
960 plenário. Propostas: são as três propostas. A proposta do IGAM, com dez unidades;
961 proposta da Fiemg, com nove unidades; e propostas da Faemg, com sete unidades.
962 Então eu vou colocar em votação. Proposta do IGAM, quem for favorável se
963 manifeste. Três votos. Quatro votos: Ivonice, Procópio, Bruna e Thiago. Proposta
964 Fiemg: nenhum voto. Proposta Faemg: quatro votos também. O meu voto vale pelo
965 de minerva. Então eu sou da Faemg, proposta da Faemg. Então ficou a proposta da
966 Faemg, com sete unidades. Ficou o empate, quatro a quatro. E o voto de minerva
967 do presidente, sete unidades regionais.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Eu não
968 entendi quem votou na proposta da Faemg.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
969 “Eu sou presidente, voto de minerva, voto como desempate.” Conselheira Bruna de
970 Souza Otoni: “Mas quem votou primeiro? No outro tinha quatro, não houve empate,
971 foi quatro a três. Você só vota se for quatro a quatro.” Presidente Guilherme da Silva
972 Oliveira: “Não, uai.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “É, uai.” Presidente
973 Guilherme da Silva Oliveira: “O meu voto conta.” Conselheira Bruna de Souza Otoni:
974 “Não.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Conta.” Conselheira Bruna de Souza
975 Otoni: “Não. Olha aqui, por exemplo...” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
976 “Quatro a quatro. Aí o presidente vota, como minerva.” Conselheira Bruna de Souza
977 Otoni: “Mas você votou duas vezes. Você não pode votar duas vezes não.”
978 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “O meu voto é voto de qualidade.”
979 Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Não, você votou duas vezes, é errado. Está
980 errado.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Então espera aqui. Valéria,
981 Procuradoria, por favor, esclarecimento.” Valéria Ferreira Borges/IGAM: “Isso é uma
982 polêmica que sempre teve, mas o entendimento da Procuradoria é que todo mundo
983 vota, todo mundo tem direito a voto, inclusive o presidente. Se houver empate, além

984 do voto dele, ele tem um voto de qualidade. Então todo mundo vota, se tiver o
985 empate, além do voto, ele tem o voto de qualidade.” Conselheiro José de Castro
986 Procópio: “Eu deixo o meu protesto, eu sinto isso de uma forma muito baixa de tratar
987 melhoria de recursos hídricos, eu sinto a Faemg sendo desqualificada ética e
988 moralmente num jogo desse. Até mesmo considerando toda a construção que foi
989 feita pelo Fórum Mineiro de Comitês. Eu estou manifestando o que eu acho. Hora
990 nenhuma me pareceu que a proposta da Faemg fosse a melhor ou isso fosse
991 qualificado aqui. Então, depois de toda essa discussão, a Faemg saiu, tudo bem, eu
992 sou obrigado a reconhecer. Mas eu saio triste.” Presidente Guilherme da Silva
993 Oliveira: “Então só a manifestação que você falou que a Faemg sai desqualificada
994 técnica e eticamente, eu discordo plenamente. Porque o nosso estudo teve
995 embasamento. E como eu já falei ele não diferiu muito nas questões. Se você olhar
996 tecnicamente, os estudos não diferiram muito. Houve a questão do número, mas os
997 estudos não diferiram. E isso é regimental, o Regimento. Todo mundo pode se
998 candidatar à Presidência, e a Presidência é eleita. Isso é regimental. Eu, várias
999 vezes, já fui derrotado, propostas da Faemg já foram derrotadas nesse sentido, da
1000 mesma forma. E desta vez, por ofício aqui da Presidência, eu ganhei. Mas eu nunca
1001 discuti e nunca ofendi nenhuma instituição aqui por causa disso. Então eu só quero
1002 deixar claro que o nosso estudo foi fundamentado e não é um estudo que
1003 desqualifica a nossa entidade por conta disso. Eu entendo a sua manifestação, mas
1004 aqui a minha manifestação também não desqualifica a minha entidade nem ética e
1005 nem tecnicamente. Só para falar, se você pegar os estudos que foram
1006 apresentados, não diferem praticamente em nada, isso é uma questão apenas de
1007 cada entidade que apresentou, como toda entidade teve oportunidade de apresentar
1008 o seu estudo. Se não apresentou, se perdeu o tempo, não atendeu o prazo das
1009 propostas, fica aí o aprendizado. Mas eu não aceito esse tipo de comentário aqui
1010 quanto à entidade e muito menos quando à instituição da Presidência da Câmara.
1011 Então a votação está encerrada, e foi a proposta da Faemg que ficou.” **7)**
1012 **DEFINIÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA A CTPLAN ACOMPANHAR O**
1013 **PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS**
1014 **ÁGUAS (PROGESTÃO).** Item retirado de pauta até que o conselheiro do CERH
1015 Antônio Giacomini Ribeiro, autor da recomendação para definição da metodologia
1016 de acompanhamento do Progestão pela CTPLAN, se manifeste sobre o
1017 direcionamento dos trabalhos a serem realizados nesta Câmara. A retirada do item
1018 de pauta nesses termos foi colocada em votação pela Presidência e aprovada por
1019 unanimidade. O presidente Guilherme da Silva Oliveira solicitou que a Secretaria
1020 Executiva faça contato com o conselheiro do CERH solicitando a apresentação de
1021 proposta, com o objetivo de ser pautada para a próxima reunião da CTPLAN. **8)**
1022 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu tenho dois assuntos
1023 para colocar para a Presidência. Eu coordenei um Grupo de Trabalho sobre área de
1024 restrição de uso dos recursos hídricos. Esse Grupo de Trabalho interrompeu os seus
1025 trabalhos por uma dificuldade, inclusive, de financiamento das reuniões, do
1026 transporte. Eu creio que ele não está mais ativo temporalmente, eu acho que acabou

1027 o prazo do Grupo de Trabalho. Eu queria saber se esse Grupo será recomposto.
1028 Existe um consolidado, e creio que a Lourdes tenha esse consolidado. Saber como
1029 nós vamos proceder a respeito desse Grupo de Trabalho. A segunda colocação é a
1030 respeito da dificuldade que está sendo criada para participação dos membros da
1031 sociedade civil que precisam se deslocar a uma grande distância para estar nas
1032 reuniões da Câmara Técnica e do Conselho Estadual. Eu acabei de receber a
1033 manifestação de um representante da Universidade Federal no Grupo de Trabalho
1034 sobre cobrança de que ele não consegue mais ficar três dias disponíveis. Eu queria
1035 explicar para todo mundo. Nós só recebemos passagem de ônibus. É um dia para
1036 vir, ficamos aqui, e depois um dia para voltar. Então são três dias que temos que
1037 comprometer no trabalho, inclusive, além da questão da resistência física mesmo.
1038 Tem pessoas com mais idade e já não podem mais ficar passando por isso. E eu
1039 faço essa solicitação porque o artigo 28 do Regimento diz que ‘compete ao
1040 presidente da Câmara Técnica Especializada (no item 5) criar oportunidades e
1041 facilidades para participação democrática de todos os representantes setoriais
1042 presentes na Câmara Técnica.’ Então eu faça a solicitação à Presidência para que
1043 entre em contato com o IGAM e com o governo do Estado para que eles entendam
1044 e se mostrem sensíveis a essa solicitação.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
1045 “Quanto ao GT de Restrição de Uso, eu vou sugerir fazer o relatório e apresentação
1046 do que o GT avançou, trazer na próxima reunião e tentarmos fazer um
1047 encaminhamento.” Maria de Lourdes Amaral Nascimento/IGAM: “Inclusive, a minuta
1048 do relatório já está pronta, e eu passei para o Sylvio.” Conselheiro Sylvio Luiz
1049 Andreozzi: “Eu não posso responder pelo Grupo de Trabalho porque exatamente
1050 faltou a última reunião para apresentar, para ter aprovação, para ter a última crítica
1051 antes de trazer o resultado do trabalho. Então a grande dificuldade nossa, na
1052 verdade, é marcar uma última reunião para fazer apreciação do trabalho e
1053 apresentar. O que me incomoda é que o tempo previsto pela deliberação já foi
1054 extinto, precisaria fazer uma nova deliberação por parte da Câmara Técnica
1055 renomeando ou nomeando uma nova comissão para pegar todo esse trabalho e
1056 finalizar. Ter a última reunião e apresentar.” Maria de Lourdes Amaral
1057 Nascimento/IGAM: “Venceu o prazo do GT, então quem tem que prorrogar o GT é
1058 a Câmara Técnica, a CTPLAN. Para a CTPLAN prorrogar, o GT vai fazer uma
1059 apresentação do andamento dos trabalhos. Porque o GT foi extinto. Aquela minuta
1060 que eu encaminhei para você é para você olhar, fazer alguma revisão, se for
1061 necessário. Se você quiser, nós trabalhamos nela de novo e viemos aqui na
1062 CTPLAN para apresentar, para a Câmara poder prorrogar o prazo.” Conselheiro
1063 Sylvio Luiz Andreozzi: “Na verdade, como é o trabalho do GT, eu não me sinto
1064 confortável, mesmo que a minuta esteja excelente, de apresentar sem aprovação
1065 do GT. É exatamente o que estou solicitando. Ou nós reconvocamos aquele Grupo
1066 de Trabalho e abrimos uma nova minuta ou se convoca um novo Grupo de Trabalho
1067 e se apresenta um relatório daquilo que foi elaborado.” Maria de Lourdes Amaral
1068 Nascimento/IGAM: “Apresentamos um relatório do que foi elaborado para a
1069 CTPLAN ter ciência do que foi feito até então, para prorrogar o GT.” Presidente

1070 Guilherme da Silva Oliveira: “É só fazer uma apresentação para a CTPLAN para ver
1071 o que vamos fazer. O trabalho não foi concluído, então precisa ser apresentado.”
1072 Thiago Figueiredo Santana/SEMAD: “Deixa eu colocar aqui uma questão até
1073 análoga que ocorreu esta semana. O GT Monitoramento apresentou, dentro da
1074 reunião conjunta CTIL/CTIG, o seu relatório, e a partir disso as Câmaras deram um
1075 encaminhamento específico. Eu acho que é o caminho mesmo que deve ser seguido
1076 aqui, para tratarmos de forma análoga.” Maria de Lourdes Amaral
1077 Nascimento/IGAM: “Então na próxima reunião nós pautamos o relatório na
1078 CTPLAN.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “E o segundo ponto do Sylvio é
1079 só pedir para a Secretaria uma manifestação sobre essa questão da facilitação da
1080 presença dos conselheiros aqui nas Câmaras.” Valéria Ferreira Borges/IGAM:
1081 “Sobre essa questão, eu posso só dar uma sugestão? Isso é recorrente, em todas
1082 as Câmaras Técnicas, principalmente o pessoalmente da sociedade civil tem falado
1083 dessa dificuldade. Só que eu acho que é uma questão que foge um pouco da
1084 competência da Secretaria Executiva, principalmente se for para levar a instâncias
1085 superiores, como ao governo do Estado, à Secretaria de Fazenda, à Seplag. Eu
1086 sugeriria fazer uma moção. Eu acho que, de repente, todas as Câmaras Técnicas
1087 fazendo essa moção, o próprio Conselho fazendo essa moção e encaminhando para
1088 o governo, além de termos mais força, mas credibilidade, digamos assim, reforça.
1089 As três Câmaras Técnicas solicitando, e o Conselho, eu acho que de repente seja o
1090 caminho melhor para se conseguir uma solução, pelo menos uma resposta se tem
1091 previsão de quando isso vai acabar ou não. Que seja uma moção. É só uma
1092 sugestão, porque eu acho que é um instrumento mais favorável.” **9)**
1093 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
1094 Guilherme da Silva Oliveira declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
1095 ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Guilherme da Silva Oliveira
Presidente da Câmara Técnica de Planos